

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Nome do candidato:

Número do documento de identidade:

Número de inscrição:

Sala:

Sequencial:

Concurso Público



Aplicação: 21/1/2006

Cargo 3: Consultor Legislativo

TARDE

Área de atuação: **Educação Cultura e Desporto**

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente os seus dados pessoais transcritos acima. Em seguida, verifique se ele contém cento e vinte itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 120, seguidos da prova discursiva.
- 2 Caso os dados pessoais constantes neste caderno não correspondam aos seus, ou, ainda, caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 O espaço para rascunho da prova discursiva é de uso opcional; não contará, portanto, para efeito de avaliação.
- 4 Nos itens das provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso: em cada item, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 5 Não utilize lápis, lapiseira, borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 6 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
- 7 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 8 A duração das provas é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo para a respectiva folha.
- 9 Na prova discursiva, não será avaliado texto escrito a lápis, texto escrito em local indevido ou texto que tenha identificação fora do local apropriado.
- 10 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a folha de texto definitivo da prova discursiva e deixe o local de provas.
- 11 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I 24/1/2006, a partir das 17 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005.
- II 25 a 27/1/2006 – Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse endereço.
- III 14/2/2006 – Resultado final das provas objetivas e resultado provisório da prova discursiva: Diário Oficial do Distrito Federal, Diário da Câmara Legislativa e Internet — www.cespe.unb.br/concursos/camaradf2005.
- IV 15 a 21/2/2006 – Recursos (prova discursiva): em locais e horários que serão informados na divulgação do resultado provisório.
- V 9/3/2006 – Resultado final da prova discursiva e convocação para a prova prática: locais mencionados no item III.
- VI 12/3/2006 – Realização da prova prática: em locais e horários que serão informados na respectiva convocação.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 24 do Edital n.º 1/2005 – CLDF, de 26/10/2005.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448 0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

UnBC **ESPE**
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 120 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- As siglas seguintes, quando usadas, deverão ser interpretadas da forma indicada: DF = Distrito Federal; LODF = Lei Orgânica do Distrito Federal; CLDF = Câmara Legislativa do Distrito Federal; TJDF = Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios; STJ = Superior Tribunal de Justiça; STF = Supremo Tribunal Federal; ONU = Organização das Nações Unidas; OMC = Organização Mundial do Comércio; FUNDEF = Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério; LDB = Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Nas formas de vida coletiva podem assinalar-se dois
princípios que se combatem e regulam diversamente as
atividades dos homens. Esses dois princípios encarnam-se
4 nos tipos do aventureiro e do trabalhador. Já nas sociedades
rudimentares manifestavam-se eles, segundo sua
predominância, na distinção fundamental entre os povos
7 caçadores ou coletores e os povos lavradores.

10 Existe uma ética do trabalho, como existe uma ética
da aventura. Assim, o indivíduo do tipo trabalhador só
atribuirá valor positivo às ações que sente ânimo de praticar
e, inversamente, terá por imorais e detestáveis as qualidades
13 próprias do aventureiro — audácia, imprevidência,
irresponsabilidade, instabilidade, vagabundagem — tudo,
enfim, quanto se relacione com a concepção espaçosa do
mundo, característica desse tipo. Por outro lado, as energias
16 e esforços que se dirigem a uma recompensa imediata são
enaltecidos pelos aventureiros; as energias que visam à
estabilidade, à paz, à segurança pessoal e os esforços sem
19 perspectiva de rápido proveito material passam, ao contrário,
por viciosos e desprezíveis para eles.

Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*, p. 44 (com adaptações).

Considerando os sentidos e as estruturas lingüísticas do texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 1 Na linha 18, a conjunção “e” tem a função de acrescentar um termo à enumeração que se inicia com “estabilidade”.
- 2 Embora elimine do texto a idéia de possibilidade, a supressão do auxiliar, na locução “podem assinalar-se” (l.1), mantém a coerência textual e a correção gramatical, desde que seja feita a flexão no verbo principal: **assinalam-se**.
- 3 Na linha 2, subentende-se, pelo desenvolvimento do texto, que o pronome **se** precede a forma verbal “regulem”, assim como precede a forma “combatem”.
- 4 Alteram-se as relações de sentido entre os termos sujeito e predicado da oração, mas preservam-se a coerência e a correção gramatical do texto ao empregar-se o verbo **encarnar** (l.3) em sua forma não-reflexiva, desde que seja retirada a preposição **em** que rege o termo “tipos” (l.4).
- 5 Pelo desenvolvimento textual, infere-se que a palavra “Já” (l.4) está empregada como conjunção de valor adversativo.
- 6 Na argumentação do segundo parágrafo, a palavra “ética” (l.8), nas duas ocorrências, está sendo empregada no seu sentido original de apreciação da conduta humana sob a perspectiva de uma determinada sociedade ou grupo.
- 7 Na linha 16, a inserção de duas vírgulas demarcando a oração subordinada “que se dirigem a uma recompensa imediata” preservaria a correção gramatical, mas atribuiria, necessariamente, à oração um sentido restritivo; o que contraria a argumentação do texto.

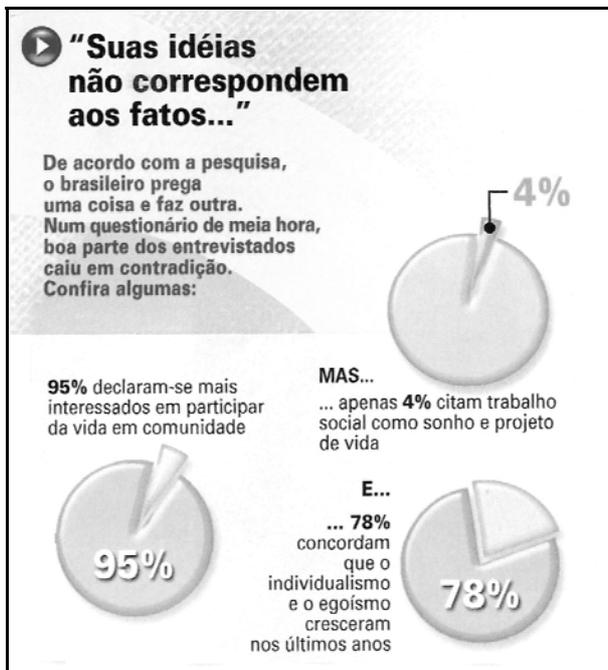
O umbigo nacional — pensando no coletivo, agindo no individual. Os brasileiros hoje.

1 O título, sintomático, batiza uma abrangente
pesquisa nacional que traz um diagnóstico não muito
positivo sobre o caráter e a personalidade do brasileiro. A
4 pesquisa identificou em que situações o tal jeitinho brasileiro
vem à tona. “Ele vive cada dia como se fosse único e, apesar
das convicções moralistas e politicamente corretas, acoberta
7 falhas dos amigos no trabalho.” Entre os aspectos abordados
— que vão da sexualidade à educação, passando por
cidadania e hábitos de consumo —, esse espírito
10 contraditório entre o *ser* e o *agir* parece ser o mais
expressivo.

Juliana Vilas e Marina Caruso. *Istoé*, “Capa”, 9/11/2005 (com adaptações).

Referentemente ao texto acima, julgue os itens subseqüentes.

- 8 O texto não poderia constituir parte de um relatório oficial visto que, nele, são desrespeitadas as normas de redação oficial quanto ao emprego de aspas e de pontuação, especificamente no que se refere ao uso de travessão acompanhado de vírgula (l.9).
- 9 De acordo com a argumentação do texto, o diagnóstico “não muito positivo” (l.2-3) justifica-se pela idéia, presente no título, de o brasileiro pensar no coletivo, mas agir no individual, bem como pela idéia do “espírito contraditório entre o *ser* e o *agir*” (l.9-10).
- 10 Preservam-se a coerência da argumentação e o respeito às regras gramaticais ao se reescrever o trecho “em que situações o tal jeitinho” (l.4) como **situações que o tal jeitinho**.
- 11 Ficam preservadas a correção gramatical e a coerência da argumentação do texto caso se substitua a forma verbal “acoberta” (l.6) por um de seus possíveis sinônimos textuais, como, por exemplo, **corrige**.
- 12 Na linha 8, a expressão que sugere uma gradação, “vão da sexualidade à educação”, não é usada para estabelecer uma verdadeira gradação; ela constitui, apenas, recurso lingüístico para expressar uma enumeração.



Istoé, “capa”, 9/11/2005 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência, julgue os itens seguintes.

- 13 Se “trabalho social como sonho e projeto de vida” fosse a resposta não de 4%, mas de apenas 1% dos brasileiros, a forma verbal empregada na explicitação do gráfico (“citam”) deveria estar flexionada no singular para que as regras gramaticais fossem preservadas.
- 14 Um documento oficial que incluísse, como uma de suas partes, os dados dos gráficos acima representados respeitaria tanto a coerência das informações quanto as normas de redação oficial desde que assim fosse redigido: De acordo com a pesquisa, o brasileiro caiu em contradição ao, 95%, declararem-se mais interessados em participar da vida comunitária, ao passo que menos de 5% tem o trabalho social como projeto de vida. Desses 78% consideram que o individualismo cresceu nos últimos anos.
- 15 O emprego da forma singular do verbo, em “boa parte dos entrevistados caiu em contradição”, atende às regras gramaticais porque reflete a concordância ideológica permitida pela identificação entre “entrevistados” e “brasileiro”.

1 A condição de viajante do mundo globalizado é sentida por quem busca uma compreensão profunda de sua história, sua cultura e sua identidade. Em consequência das

4 diferenças raciais, econômicas, regionais e econômico-sociais, o brasileiro facilmente se sente um estrangeiro diante dos seus compatriotas, apesar dos laços de língua e de

7 reconhecimento mútuo que os unem. Ainda existem barreiras culturais, dificilmente superáveis, que desafiam as noções ideológicas de identidade e semelhança.

Karl Erik Schollhammer. *O olhar antropológico – ou o fim do exótico*, p. 273 (com adaptações).

Considerando as idéias e as estruturas lingüísticas do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 16 Depreende-se da argumentação do texto que as “noções ideológicas de identidade” (l.8-9) estão vinculadas à cultura e à história.
- 17 É coerente com a argumentação do texto e gramaticalmente correta a seguinte paráfrase do primeiro período sintático: Quem busca uma compreensão profunda de sua história, de sua cultura e de sua identidade sente-se na condição de viajante do mundo globalizado.
- 18 Apesar de o pronome possessivo “sua”, nas três ocorrências às linhas 2 e 3, gramaticalmente poder ser associado tanto a “viajante do mundo globalizado” (l.1) quanto apenas a “mundo globalizado” (l.1), o desenvolvimento do texto mostra que a associação correta a ser estabelecida é com a segunda alternativa.
- 19 Se a expressão “dos seus compatriotas” (l.6) fosse empregada no singular, a coerência do texto seria preservada; mas, para que fosse respeitada a correção gramatical, seria necessário empregar, também, no singular, o pronome “os” (l.7).
- 20 Pelo valor semântico que a oração iniciada por “Ainda existem” (l.7) tem na argumentação do texto, iniciá-la por uma conjunção como **Embora** preservaria a coerência e a correção gramatical do texto.

Acerca da participação do governador do DF no processo legislativo, julgue os itens a seguir.

- 21** Os únicos tipos de proposição legislativa que são submetidos à sanção do governador do DF são os projetos de lei distrital ordinária e os projetos de lei distrital complementar.
- 22** O governador do DF pode editar medidas provisórias distritais, em caso de urgência e relevância, observadas as limitações materiais definidas na LODF.

Acerca da CLDF e dos deputados distritais, julgue os itens seguintes.

- 23** É permitido a deputados distritais o exercício de cargo de secretário de governo na administração do DF.
- 24** A presidência da CLDF deve ser exercida pelo deputado distrital que obteve, individualmente, o maior número de votos na eleição em que conquistou seu mandato.
- 25** Salvo disposição expressa em contrário, seja da Constituição Federal, seja da LODF, as deliberações da CLDF são tomadas por maioria simples.
- 26** Nas sessões ordinárias da CLDF, o pequeno expediente deve anteceder o tempo destinado à ordem do dia.
- 27** A Comissão de Constituição e Justiça da CLDF é composta por vinte membros efetivos e cinco suplentes.
- 28** As decisões do colégio de líderes são tomadas pela maioria absoluta dos membros que o compõem.

Considerando que Gustavo seja membro da CLDF e exerça a função de terceiro-secretário, julgue os próximos itens.

- 29** Se Gustavo mudar de partido, ele perderá seu cargo na Mesa Diretora, salvo se o seu novo partido for do mesmo bloco parlamentar do anterior.
- 30** Gustavo pode ser preso, em flagrante delito, pela prática de crime de tortura.

Julgue os itens que se seguem, com referência à Constituição Federal e aos direitos e garantias fundamentais.

- 31** Um dos mais relevantes direitos fundamentais assegurados pela Constituição da República é o da liberdade de locomoção, cuja proteção se faz, entre outros instrumentos, por meio do *habeas corpus*. Este pode ser impetrado por qualquer cidadão, mesmo que não seja advogado, pode ter caráter preventivo, isto é, pode servir para evitar lesão futura à liberdade de locomoção, e pode, ainda, atacar atos judiciais ilegais, até mesmo depois de transitarem em julgado.
- 32** Adotando-se a nomenclatura utilizada por Alexandre de Moraes, é correto afirmar que a Constituição brasileira é escrita quanto à forma, dogmática quanto ao modo de elaboração, promulgada quanto à origem, rígida quanto à estabilidade e analítica quanto à extensão.

No que respeita à organização do Estado e ao Poder Legislativo, julgue os itens a seguir.

- 33** As comissões parlamentares de inquérito (CPI), constituídas no Poder Legislativo, têm poderes de investigação análogos aos das autoridades judiciárias, mas, em relação à prisão, só podem decretá-la no caso de flagrante delito. Essas comissões podem, por outro lado, decretar medidas como a interceptação das comunicações telefônicas e buscas e apreensões; entretanto, para que essas medidas sejam válidas, esses atos devem ser fundamentados pelos componentes da CPI.
- 34** Não obstante o princípio federativo, o tratamento dos membros do Poder Legislativo, nas três esferas do poder político, não é rigorosamente análogo, de modo que eles não possuem as mesmas imunidades do ponto de vista formal e material.

Julgue os itens a seguir, no que se refere à tributação e às finanças públicas.

- 35** Devido à necessidade da lei orçamentária para o funcionamento da administração pública, o projeto dessa lei não pode ser vetado pelo presidente da República, a não ser nos casos de veto parcial, por inconstitucionalidade expressa.
- 36** A contribuição de melhoria é espécie de tributo que pode incidir quando, em razão de obra pública, houver valorização de imóvel particular; sua base de cálculo não deverá ser o valor integral do imóvel, mas a valorização que ele sofrer.
- 37** O princípio da anterioridade tributária significa que nenhum tributo pode ser instituído ou majorado no mesmo exercício em que venha a ser cobrado pelo fisco; a razão desse princípio deriva da necessidade de que as receitas tributárias decorrentes dessa cobrança estejam previstas na lei orçamentária, a fim de se ordenarem a receita e a despesa do poder público.

No que diz respeito à LODF e à organização do DF, julgue os itens seguintes.

- 38** O governador do DF está sujeito a processo por crime de responsabilidade perante a CLDF, o qual pode ser instaurado por iniciativa de qualquer cidadão, partido político, associação ou entidade sindical; em se tratando de processo por delito comum, o governador deverá ser afastado do exercício das funções de seu cargo se a denúncia ofertada pelo Ministério Público for recebida pelo STJ, mas, caso o julgamento da acusação não ocorra no prazo de 180 dias, o afastamento cessará.
- 39** Nos termos expressos da LODF, constituem objetivos prioritários do DF construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- 40** Considere a seguinte situação hipotética.
Um cidadão era servidor público do DF e já preenchia as condições para obter aposentadoria. Veio a ser nomeado para exercer o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do DF e efetivamente entrou em exercício no órgão. Pouco mais de um ano após a posse e o exercício nas funções do cargo, requereu aposentadoria.
Nessa situação, considerando-se o direito adquirido do interessado, ele poderia ser aposentado com as vantagens e direitos do cargo de conselheiro.

Julgue os itens que se seguem, quanto aos atos administrativos, ao controle da administração pública, aos contratos administrativos e aos agentes administrativos.

- 41** Em face da exigência constitucional de concurso público para o preenchimento de cargos e empregos públicos — ressalvado, apenas, o exercício de funções de confiança —, não é juridicamente admissível a utilização de processos seletivos simplificados para o acesso de particulares ao serviço público.
- 42** O desaparecimento do ato administrativo não ocorre apenas por anulação e revogação, mas igualmente por outras causas, como o cumprimento de seu objeto e outras hipóteses de retirada do ato, a exemplo da caducidade e da cassação; esta última consiste na situação que ocorre quando o interessado deixa de cumprir condição necessária à permanência do ato.
- 43** Os recursos administrativos não admitem efeito suspensivo.
- 44** Por força das normas financeiras aplicáveis ao poder público, não é permitida a celebração de contrato administrativo cuja duração exceda a do exercício financeiro, até porque os créditos orçamentários não podem suplantam a duração do ano civil.

Acerca dos poderes da administração, dos princípios básicos da administração e dos serviços públicos, julgue os itens abaixo.

- 45** Nos serviços públicos, a titularidade do serviço não precisa ter identidade com a titularidade da prestação do serviço, razão pela qual é juridicamente possível que esta se encontre a cargo de entes que não integrem a estrutura orgânica do Estado.
- 46** Ainda que a comissão responsável por um processo administrativo disciplinar recomende a demissão de um servidor, por ter sido constatado o cometimento de falta grave, a autoridade competente pode deixar de aplicar essa pena, com base em avaliação discricionária do caso concreto.
- 47** Com a nova ordem constitucional, pacificou-se na doutrina que, por força do princípio da responsabilidade do Estado, este poderá ser condenado a indenizar o dano a que seus agentes derem causa, tanto por ação quanto por omissão, independentemente de dolo ou culpa.

Julgue os itens a seguir, em relação à Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 8.666/1993), à Lei n.º 8.112/1990, da União, na forma consolidada pelo Decreto Legislativo n.º 1.094/2004, e à Lei de Permissões e Concessões.

- 48** De acordo com a legislação em vigor, a licitação a realizar-se para a outorga da concessão de serviço público deve, necessariamente, ocorrer na modalidade de concorrência.
- 49** São requisitos indispensáveis para a instauração válida de qualquer licitação: existência de projeto básico que guie a execução do objeto do futuro contrato; exigência de recursos orçamentários que assegurem o pagamento do contratado; e registro da compatibilidade entre o objeto da licitação e o plano plurianual.
- 50** Nos termos do Decreto Legislativo n.º 1.094/2004, que consolidou a aplicação, no DF, da Lei n.º 8.112/1990, da União, um servidor que se recuse a submeter-se a inspeção médica determinada pela autoridade competente estará sujeito à pena de suspensão de até 15 dias; se, contudo, durante o cumprimento da penalidade, ele aceitar realizar a inspeção, a suspensão deverá ter seus efeitos interrompidos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Texto I

Eu preferiria dizer que não tenho método. O que eu tinha, quando muito jovem, há 30 ou 40 anos, não importa o tempo, era a curiosidade de um lado e o compromisso político do outro, em face dos renegados, dos negados, dos proibidos de ler a palavra e, assim, de reler o mundo. O que eu tentei fazer, e continuo hoje, foi ter uma compreensão que eu chamaria de crítica ou de dialética da prática educativa, dentro da qual, necessariamente, há uma certa metodologia, um certo método, que eu prefiro dizer que é método de conhecer e não um método de ensinar.

Paulo Freire. *Apud*: Nilcéa Lemos Pelandré. **Efeitos a longo prazo do método de alfabetização Paulo Freire**. Tese (Doutorado em Letras/Linguística) – Curso de Pós-Graduação em Letras/Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998, Vol. I e II, p. 523 (com adaptações).

Texto II

Em um bate-papo com Moacir Gadotti, Paulo Freire explica por que, mesmo em um momento difícil e desanimador da história brasileira como este que estamos vivendo, está esperançoso quanto ao futuro.

Gadotti — Veja que coisa engraçada: você diz na Pedagogia da Esperança que “a luta de classes não é o matar da história, mas certamente é um deles”. Você, que foi criticado na Pedagogia do Oprimido por não usar a expressão luta de classes, sabe que agora vai ser criticado porque a está usando?

Freire — Isso é interessante. Sabe um dos riscos que a gente vai enfrentar no começo do milênio e já está enfrentando hoje? É que muita gente de esquerda ficou de tal maneira inquietada com a queda do Muro de Berlim, que perdeu parâmetros e se sente imobilizada. Essas pessoas estão aturdidas diante da história precisamente porque pensavam que o amanhã era inexorável, e não tiveram tempo de se reconstruir e de se repensar.

Gadotti — Mas quais são esses riscos?

Freire — Primeiro, de uma minoria dessas pessoas conseguir chegar ao poder e reativar em si, odientamente, o gosto stalinista. O segundo risco é de alguns desses que estão impactados caírem em um imobilismo tal que passem a acreditar no discurso neoliberal de que a luta entre as classes sociais se acabou, de que a ideologia se acabou, de que a história se acabou. Esse segundo grupo constitui um perigo enorme para a própria progressividade, termina por dar força à maioria de direita e à minoria de esquerda que pretende reativar o stalinismo. Um terceiro risco que estamos correndo no começo do milênio em face de todo esse desarranjo histórico é exatamente o poder do neofascismo, que se assanha sobretudo na Europa, mas também no Terceiro Mundo (veja o surto de neonazismo em São Paulo, essas ameaças de fuzilar nordestinos, esse racismo de direita). É uma ameaça assustadora, que é de natureza material mas sobretudo espiritual, ideológica, o que não se via anteriormente. O educador não pode estar distante dessa preocupação. Isso tem de estar sendo discutido nas classes primárias, com linguagem de menino.

Especial Paulo Freire. *In*: Revista Nova Escola, n.º 71, nov./1993. Internet: <http://novaescola.abril.com.br/especiais/paulo_freire/paulo_freire_ed71.htm> (com adaptações).

Tendo os textos I e II como motivadores, julgue os itens a seguir.

- 51 Tendo como um de seus objetivos garantir o direito de todos à educação para o pleno exercício da cidadania, foi instituído, há mais de dez anos, o programa permanente de alfabetização e educação básica para jovens e adultos, por meio de uma lei decretada pela CLDF e sancionada pelo governador do DF.
- 52 O método de alfabetização proposto por Paulo Freire configura-se como um marco na visão cognitivista da aprendizagem.
- 53 O compromisso político que motivou Paulo Freire incluía a formação para o exercício da cidadania, visando à releitura do mundo, por meio da leitura das palavras.
- 54 Ao se referir a uma compreensão dialética da prática educativa, Paulo Freire pretendia enfatizar o diálogo que deve existir entre professor e aluno.
- 55 A pedagogia de Paulo Freire traduz-se em uma metodologia de excelência fundada na técnica de alfabetização, com indiscutíveis resultados práticos, entre os quais se destaca a capacidade de o indivíduo recém-alfabetizado poder assinar o próprio nome em documentos oficiais.
- 56 Paulo Freire se opunha à visão determinista de história, o que suscitou críticas à sua obra.
- 57 Em **Pedagogia da esperança**, Paulo Freire defende que somente a abordagem marxista da prática educativa permite vislumbrar a possibilidade de que os oprimidos vençam a luta de classes e, conseqüentemente, eliminem qualquer tipo de opressão.
- 58 Além de defender uma perspectiva diferenciada dos fins da educação e do exercício da cidadania, visando a uma aprendizagem que requeresse uma tomada de posição frente aos problemas vividos pelos alfabetizandos, Paulo Freire foi também um dos pioneiros na utilização da linguagem multimídia para a alfabetização de adultos.
- 59 Em sua visão pedagógica, Paulo Freire defendia que o diálogo com os alunos, em sala de aula, respeitadas as diferentes linguagens dos atores envolvidos, deve contribuir para o entendimento acerca dos riscos causados por ideologias contrárias aos interesses humanos individuais e coletivos.
- 60 O Programa Nacional de Alfabetização, lançado pelo governo João Goulart, tinha a obra de Paulo Freire como referência teórico-metodológica.

Acerca da legislação e dos aspectos atinentes à educação, à cultura e ao desporto, no Brasil, julgue os itens subseqüentes.

- 61** A base curricular nacional e a organização do ensino médio em vigor foram regulamentadas pelo Ministério da Educação, por atribuição preconizada pela LDB, na forma do documento de Estado intitulado Parâmetros Curriculares Nacionais.
- 62** O Plano Nacional de Educação tem como um de seus objetivos a democratização da gestão dos ensinos público e privado, obedecendo-se aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.
- 63** De acordo com a lei que dispõe sobre o FUNDEF, para se garantir a democratização do acesso orçamentário, a distribuição dos recursos desse fundo, no âmbito do DF, dar-se-á na proporção do número de alunos matriculados anualmente nas escolas de nível fundamental cadastradas, independentemente da série e do tipo de estabelecimento, bem como da natureza presencial ou não do ensino.
- 64** A Constituição Federal garante a discussão plural de idéias em instituições privadas de ensino, desde que respeitadas as concepções pedagógicas determinadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais.
- 65** Um professor licenciado em matemática pode inscrever-se no processo seletivo para o cargo de diretor de unidade pública de ensino fundamental regular do DF, desde que tenha especialização ou aperfeiçoamento em gestão da escola pública.
- 66** Para a obtenção do diploma de técnico de nível médio, basta que o aluno tenha concluído o ensino fundamental e que tenha freqüentado qualquer curso técnico específico.
- 67** No ensino superior, a pós-graduação compreende tanto os cursos *stricto sensu* (mestrado e doutorado) como os *lato sensu* (especialização).
- 68** No Brasil, a educação a distância é considerada uma modalidade complementar de educação nos dois níveis de ensino superior.
- 69** Os centros federais de educação tecnológica são considerados, à luz da legislação, instituições de ensino superior.
- 70** Ao DF cabe vincular a programa de apoio à inclusão e à promoção social, no mínimo, 0,5% de sua receita tributária líquida, devendo garantir, com tais recursos, o pagamento de despesas com pessoal e com encargos sociais.
- 71** <<2005CLDF411RGCF_E/C16_70>>Um dos problemas enfrentados pelas universidades brasileiras refere-se ao obstáculo legal à contratação de profissionais estrangeiros.
- 72** <<2005CLDF411RGCF_E/C16_71>>O Conselho Nacional de Educação, instituído por determinação constitucional, exerce funções executivas que garantem o equilíbrio financeiro do sistema nacional de ensino, bem como o cumprimento das determinações curriculares, tanto em termos de conteúdos a serem ministrados quanto em relação à metodologia de ensino.

Com relação a aspectos que concernem à educação no DF, julgue os próximos itens.

- 73** Em atendimento a antigas reivindicações dos profissionais da área, por emenda à LODF, a educação física passou a ser disciplina curricular facultativa, em todos os níveis do ensino básico, tanto na rede pública quanto no setor privado.
- 74** É dever do poder público garantir, nos níveis fundamental e médio de ensino da rede pública, o serviço de orientação educacional exercido por profissionais habilitados.
- 75** Os profissionais do magistério público que alfabetizam crianças ou adultos têm tratamento especial quanto a sua remuneração.
- 76** O sistema de ensino do DF tem suas normas e diretrizes definidas pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, órgão consultivo-normativo de deliberação coletiva e de assessoramento superior à Secretaria de Educação.
- 77** Nas escolas do DF, por determinação do Conselho de Educação do Distrito Federal, em cumprimento à legislação federal, os conteúdos referentes à história e à cultura afro-brasileiras são de responsabilidade privativa dos professores das disciplinas educação artística, literatura e história.
- 78** Por determinação legal, os servidores que atuam em programas específicos em instituições de atendimento a crianças e adolescentes com problemas de conduta ou de risco e vulnerabilidade têm direito à mesma gratificação destinada aos professores regentes, em exercício nos estabelecimentos de ensino regular, que atuam nas modalidades especializadas de atendimento em classes especiais, salas de recursos e atendimento itinerante.
- 79** O Plano de Educação do Distrito Federal, que deve ser elaborado pelos deputados distritais em seu primeiro ano de mandato, determina as ações governamentais para o período estipulado pelo Conselho de Educação do Distrito Federal.
- 80** A gestão democrática do ensino público no DF inclui a participação e a cooperação de todos os segmentos envolvidos na definição, na implementação e na avaliação da política educacional pública.

Ao longo da segunda metade do século XX, surgiram inúmeras formas alternativas de construção de identidade pessoal, grupal, social e nacional. Outras fórmulas políticas se desenvolveram, à sombra da Guerra Fria. Os Estados nacionais viram emergir movimentos sociais, como os ambientalistas, os feministas ou os autonomistas, que promoveram modificações de grande alcance nas relações internas e externas dos atores privados e públicos, após terem, de início, desestabilizado os modos tradicionais de fazer política interna e externa. O agir racional humano desde todo o sempre se atualiza por idéias. O conjunto dessas idéias forma uma cultura, cujo efeito é fornecer um quadro de referências no qual indivíduos e comunidades se encontram, ou reencontram, e estipulam objetivos, metas, fins.

A noção de cultura que emprego é ampla, diretamente vinculada à ação racional do homem. Mas não tomada no produto, por assim dizer, estático, dos resultados ou dos objetos. Cultura é tomada como fator dinâmico de ação, formação e transformação. Assim entendida, a cultura que enquadra e altera as relações sociais ingressa forçosamente na equação do poder como fator decisivo. Os acontecimentos políticos, econômicos e sociais em escala mundial, a partir da década passada, ampliaram a modificação da equação do poder institucional para o plano das relações internacionais. A cultura passa a influenciar igualmente o comportamento dos organismos internacionais tradicionais, como a ONU ou a OMC, para citar apenas as duas mais em voga.

Estevão Chaves de Rezende Martins. **Relações internacionais: cultura e poder**. Brasília: IBRI, 2002, p. 17-8 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando as múltiplas concepções atuais relativas à cultura, envolvendo aspectos que vão do multiculturalismo à identidade nacional, passando pela produção, pelo conhecimento e pelas políticas culturais, julgue os itens que se seguem.

- 81** Se, para alguns, a globalização tende a padronizar comportamentos, crenças e visões de mundo, não falta quem afirme ser a aproximação entre culturas diferentes fator que estimula o florescimento das identidades locais ou particulares e explicita a necessidade de elaboração de novos valores, a serem procurados nas identidades de grupos, de gênero, de etnias, de região.
- 82** Embora não seja nova nas ciências humanas, a noção de identidade é tema que assumiu crescente importância a partir das décadas finais do século XX, acompanhando a ampliação dos debates em torno da pós-modernidade e do multiculturalismo.
- 83** Os recentes episódios que incendiaram a França, iniciados nos subúrbios parisienses e rapidamente espalhados por outras regiões do país, comprovam a tese de que a globalização aproxima culturas e costumes, sepultando antigos paradigmas de hierarquias culturais.

A Constituição brasileira estabelece, em seu artigo 205, que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Quanto aos princípios em que o ensino se baseia para ser ministrado, o artigo 206 enumera: “I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V – valorização dos profissionais do ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII – garantia de padrão de qualidade”.

Considerando esses mandamentos constitucionais e a realidade objetiva do sistema educacional brasileiro nos dias atuais, julgue os itens subsequentes.

- 84** Ao seguir literalmente o que diz a legislação, nas unidades da Federação em que foi adotada, a gestão democrática nas escolas públicas restringe-se à eleição direta dos diretores.
- 85** O texto constitucional indica que, a despeito de todos os avanços acerca da concepção de educação verificados no mundo contemporâneo, o Brasil insiste na velha idéia, que vigorou em quase todos os países até por volta dos anos 60 do século XX, de que um bom sistema educacional existe para fornecer mão-de-obra qualificada para um mercado de trabalho em constante transformação.
- 86** Ao decidir-se por estimular a expansão da rede privada de educação superior, especialmente a partir de meados da década passada, o Estado brasileiro fez uma leitura singular do inciso III do art. 206 da Constituição, transferindo a estados e municípios o ônus da oferta de vagas na educação básica.
- 87** Há consenso entre os especialistas de que o êxito do FUNDEF, malgrado suas limitações, entre as quais o fato de voltar-se apenas para o nível fundamental da educação básica, deveu-se ao montante de recursos financeiros novos, vindos do orçamento da União, com os quais pôde contar para redistribuir aos estados e municípios.
- 88** Problemas de ordem variada impediram que o inciso VI do art. 206 efetivamente se concretizasse. Em alguns estados, como no próprio DF, obstáculos políticos não foram contornados, razão pela qual a lei que regularia a gestão democrática no ensino público sequer chegou a ser aprovada pelos respectivos legislativos.

Em seu artigo 217, a Constituição afirma ser “dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados: I – a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento; II – a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento; III – o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional; IV – a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional. § 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei”.

Tendo o texto constitucional acima reproduzido como referência inicial e considerando os múltiplos aspectos que envolvem os esportes e sua presença na vida brasileira, julgue os itens seguintes.

- 89** Por suas características específicas, entre as quais a subordinação a normas legais e a regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, o denominado desporto de rendimento, ao qual a própria Constituição brasileira faz menção, é praticado tão-somente por atletas profissionais, ou seja, por pessoas que recebem remuneração pactuada em contrato formal de trabalho com a entidade de prática desportiva.
- 90** Uma das razões mais prováveis para que o desporto educacional seja tão pouco desenvolvido no país é a própria incapacidade demonstrada pelos sistemas públicos de educação de definir, em lei, a educação física como disciplina curricular obrigatória, providência que nem mesmo o DF conseguiu tomar.
- 91** Os episódios de fraude que macularam o último campeonato brasileiro de futebol, com a suposta manipulação de resultados de jogos pela ação de um árbitro, levaram à anulação de algumas partidas. A decisão de realizar novas partidas cujos resultados anteriores poderiam ter sido manipulados coube ao Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD), procedimento que, à luz do trecho de texto constitucional reproduzido, mostra-se flagrantemente inconstitucional.
- 92** Desporto educacional é aquele praticado tanto nos sistemas de ensino quanto em formas assistemáticas de educação, movido pela intenção de promover o desenvolvimento integral do indivíduo e sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer, razão pela qual evita a seletividade e a hipercompetitividade de seus praticantes.

O esforço de reconstrução, melhor dito, de construção da democracia no Brasil ganhou ímpeto após o fim da ditadura militar, em 1985. A cidadania, literalmente, caiu na boca do povo. No auge do entusiasmo cívico, chamamos a Constituição de 1988 de Constituição Cidadã.

Havia ingenuidade no entusiasmo. Pensava-se que o fato de termos reconquistado o direito de eleger nossos prefeitos, governadores e presidente da República seria garantia de liberdade, de participação, de segurança, de desenvolvimento, de emprego, de justiça social. De liberdade, ele foi. A manifestação do pensamento é livre, a ação política e sindical é livre. De participação também. O direito do voto nunca foi tão difundido. Mas as coisas não caminharam tão bem em outras áreas. Passados tantos anos desde o fim da ditadura, problemas centrais de nossa sociedade, como a violência urbana, o desemprego, o analfabetismo, a má qualidade da educação, a oferta inadequada dos serviços de saúde e saneamento e as grandes desigualdades sociais e econômicas ou continuam sem solução, ou se agravam, ou, quando melhoram, é em ritmo muito lento.

Tornou-se costume desdobrar a cidadania em direitos civis, políticos e sociais. Direitos civis são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Sua pedra de toque é a liberdade individual. Direitos políticos se referem à participação do cidadão no governo da sociedade. Sua essência é a idéia de autogoverno. Os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva. A idéia central em que se baseiam é a da justiça social. A educação popular é definida como direito social, mas tem sido historicamente um requisito para a expansão de outros direitos.

José Murilo de Carvalho. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 7-11 (com adaptações).

Considerando que o texto acima é uma leitura do processo histórico protagonizado pelo Brasil contemporâneo, uma análise teórica acerca da experiência histórica vivida pelo país nas últimas décadas, é possível identificá-lo com situações e contextos objetivamente presentes no cenário educacional, cultural e desportivo brasileiro. A esse respeito, julgue os itens a seguir.

- 93** Entre as novidades introduzidas por decreto em relação à educação profissional, regulamentando dispositivos da LDB, está a previsão de várias alternativas de articulação entre o ensino médio e o técnico, possibilitando ao aluno cursar simultaneamente disciplinas de ambas as áreas, seguindo o mesmo currículo na mesma escola.
- 94** Entre os problemas que dificultam a efetiva introdução do ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas brasileiras, cumprindo recentes determinações legais, tanto federal quanto estaduais, como a que foi baixada pelo DF, está o desconhecimento da realidade histórica africana, fragilidade que se apresenta, em geral, já nos cursos superiores destinados à formação de docentes.
- 95** Diferentemente de outros países, cuja solidez científica, educacional e cultural pode ser mensurada e que sempre fizeram uso de doações como meio de fortalecimento de suas instituições produtoras e disseminadoras do saber, no Brasil ainda não existe legislação voltada para o mecenato, isto é, que viabilize benefícios fiscais para investidores que apoiem projetos culturais sob a forma de doação ou patrocínio.
- 96** A construção da cidadania no Brasil é complexa e difícil, como transparece do texto. Um dado atual diz muito a esse respeito: as estatísticas mostram que, nos últimos vinte anos, houve crescimento do número de analfabetos no país, tanto em números absolutos quanto relativos.

Acerca do direito relativo à educação, julgue os itens a seguir.

- 97** A Constituição da República garante que o ensino fundamental é livre à iniciativa privada e, portanto, seria inconstitucional uma lei que exigisse autorização do poder público para o funcionamento de escolas privadas voltadas ao ensino fundamental.
- 98** O acesso ao ensino fundamental é um direito subjetivo público e, portanto, cabe somente ao Ministério Público a competência de acionar judicialmente o poder público para exigir a sua efetividade.
- 99** Antônio é uma criança de quatro anos de idade. Nessa situação, é dever de seus pais efetuar sua matrícula na educação infantil.

Acerca da LDB, julgue os itens a seguir.

- 100** A LDB determina que as entidades mantenedoras de instituições privadas de ensino devem assumir obrigatoriamente a forma de fundação de direito privado.
- 101** Recente alteração da LDB elevou de oito para nove anos a duração do ensino fundamental.
- 102** A LDB assegura que, em cada um dos níveis de governo, ao menos metade dos recursos orçamentários vinculados à educação seja destinada à educação básica.

Acerca do Plano Nacional de Educação (PNE), julgue os itens a seguir.

- 103** O PNE afirma que a implantação do FUNDEF teve um profundo impacto positivo na educação infantil, causando especialmente um aumento substancial nas matrículas na pré-escola.
- 104** A garantia de ensino médio a todos os brasileiros é uma das diretrizes prioritárias definidas no PNE.
- 105** O PNE indica que o ensino médio deve ser ampliado para quatro anos.

Cada um dos itens a seguir é composto por uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 106** João é um estudante de quinze anos de idade que cursa a oitava série do ensino fundamental em uma unidade de ensino público do DF. Nessa situação, a legislação permite a João integrar o conselho escolar da unidade de ensino em que ele é matriculado.
- 107** O MEC editou uma norma acerca da avaliação periódica de estabelecimentos isolados de ensino superior. Nessa situação, tal portaria abarca as faculdades integradas, mas não abrange os centros universitários.
- 108** Rodrigo é estudante de medicina regularmente matriculado em uma faculdade privada em São Paulo e seu pai é um servidor público militar que foi removido de ofício para o DF. Nessa situação, a LDB garante a Rodrigo o direito de transferir-se para uma faculdade de medicina localizada no DF, seja ela pública ou privada.
- 109** Um jornalista afirmou que, em respeito ao princípio constitucional da gestão democrática do ensino público, a legislação distrital determina que os diretores dos estabelecimentos públicos de ensino devem ser eleitos diretamente pelos professores, estudantes e servidores vinculados ao respectivo estabelecimento. Nessa situação, a afirmação do jornalista é equivocada.
- 110** Um professor de direito afirmou que os conselhos escolares das unidades escolares do DF têm função meramente consultiva e que, portanto, eles não podem tomar decisões que vinculem a comunidade escolar. Nessa situação, a afirmação do professor é equivocada porque os conselhos escolares têm funções deliberativas, além das consultivas.

A respeito de aspectos diversos relacionados ao sistema de ensino no DF, cada um dos itens abaixo apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 111** Em um domingo, alguns amigos foram à escola da rede pública do DF localizada próxima de suas casas com o objetivo de utilizar as instalações esportivas, mas tal acesso foi negado sob o argumento de que o uso de tais instalações deveria ser previamente autorizado pelo diretor da escola. Nessa situação, foi ilegal o ato que negou a referida utilização, pois a legislação do DF garante o livre acesso da comunidade às instalações esportivas das escolas da rede pública do DF.
- 112** Um deputado distrital afirmou que a gratificação de alfabetização deveria ser concedida apenas aos professores integrantes da carreira magistério público do DF que alfabetizam crianças e jovens porque o DF somente tem o dever constitucional de assegurar o ensino fundamental às crianças e adolescentes. Nessa situação, o argumento do deputado é juridicamente equivocado, pois é dever do Estado assegurar o ensino fundamental a todos os brasileiros que a ele não tiveram acesso na idade própria.
- 113** Uma lei distrital criou uma gratificação destinada aos servidores da carreira magistério público do DF que atendam a alunos portadores de necessidades educativas em unidades especializadas de ensino da rede pública. Nessa situação, a referida gratificação não é devida a professores de estabelecimentos voltados à educação de estudantes superdotados, pois a legislação apenas considera alunos portadores de necessidades educativas aqueles incapazes de acompanhar o ritmo médio de aprendizagem dos estudantes.
- 114** Lei distrital estabeleceu o oferecimento obrigatório de ensino religioso nas instituições de ensino fundamental do DF, garantindo o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil e determinando a matrícula obrigatória dos estudantes da rede pública nas disciplinas de ensino religioso. Nessa situação, é inválida a disposição que torna obrigatória a matrícula nas referidas disciplinas.

Acerca da educação no âmbito do DF, julgue os itens a seguir.

- 115** Nos estabelecimentos privados de ensino médio do DF, é obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira, mediante a criação de uma disciplina específica para a abordagem dessa temática.
- 116** A criação de uma universidade vinculada à secretaria de saúde do DF somente pode ser efetuada mediante lei federal específica.
- 117** É dever do DF aplicar anualmente na manutenção e no desenvolvimento do ensino público ao menos um quarto das receitas resultantes de impostos.
- 118** O Programa Permanente de Alfabetização e Educação Básica para Jovens e Adultos, no âmbito do DF, envolve o oferecimento tanto de ensino fundamental quanto de ensino médio.

Considerando que uma norma editada pelo Conselho de Educação do Distrito Federal tenha determinado que, na segunda série do ensino fundamental das escolas que compõem o sistema de ensino do DF, as disciplinas devem enfatizar temáticas ligadas à história e à geografia do DF, julgue os seguintes itens.

- 119** Essa norma é inválida porque a fixação de diretrizes curriculares é uma competência exclusiva do MEC e de seus órgãos.
- 120** Essa norma incide tanto sobre as instituições de ensino médio públicas quanto sobre as privadas.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova — que vale **dez** pontos —, faça o que se pede, usando o espaço indicado no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **sessenta** linhas será desconsiderado.
- **ATENÇÃO!** Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

O Rio Grande do Norte tem menos de 3 milhões de habitantes e oferece vagas para 29.800 crianças em suas creches, públicas e gratuitas. O Distrito Federal, hoje, com quase a mesma população, tinha matriculadas em suas creches públicas, em 2004, exatamente 535 crianças. Nem mil. Por quê?

Por falta de crianças até três anos de idade? Nem pensar. Em nossos hospitais têm nascido 40 mil crianças por ano. Somam, portanto, 160 mil as candidatas às creches, precisando de educação, de alimentação, de cuidados de higiene, saúde, recreação. Dessas, cerca de 100 mil se enquadram no inciso 25 do art. 7.º da Constituição: "É direito dos trabalhadores urbanos e rurais a assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento até 6 anos de idade, em creches e pré-escolas".

Onde estão as crianças do DF durante as 12 horas do dia? Muitas ficam com vizinhos e parentes. Nessa hora, a avó é uma bênção de Deus. Outras são levadas para creches comunitárias. Ou confiadas a "mães de aluguel": pobres que pesam no bolso de outras pobres. Ou ainda, quando "bens de vida", filhos e filhas de trabalhadores com bons salários e "subsídio creche" no contra-cheque, matriculam-se em escolas de alto preço.

João Monlevade. *Creche para nossas crianças!* In: *Jornal do Brasil*, caderno Brasília, 25/11/2005, p. D2 (com adaptações).

Colocando-se na condição de parlamentar situacionista, e considerando o tema abordado no texto acima, os elementos utilizados pelo autor em sua argumentação, além de outros aspectos relevantes para a resolução do problema apontado, redija requerimento ao Poder Executivo que contenha pedido de informação, devidamente justificado, relativa ao quadro real da educação infantil no Distrito Federal e que enfatize a questão das creches públicas.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	